

Memórias de mulheres quilombolas: a reconstrução histórica da Toca de Santa Cruz (SC)

Gisely Pereira Botega* e Cristiana de Azevedo Tramonte**

Palavras-chave:
Quilombo
Mulheres negras
Memória

Resumo: Esta pesquisa discute a reconstrução histórica da comunidade quilombola Toca de Santa Cruz, localizada no município de Paulo Lopes, em Santa Catarina, a partir das memórias de mulheres negras. Guiadas por uma abordagem de pesquisa etnográfica, priorizamos a observação participante, o registro no diário campo, entrevistas semiestruturadas e a construção de um livro criado em conjunto com alguns netos dessas mulheres, crianças quilombolas com as quais convivemos em uma escola localizada no entorno do quilombo sendo parte integrante da pesquisa realizada. Observamos os vários mecanismos de constituição da historicidade fortemente consolidadas na ancestralidade, registradas pela memória das mulheres negras idosas do grupo, o que possibilita a comunidade quilombola a enfrentar a invisibilidade e o racismo. Observou-se que essas mulheres estão envolvidas na educação e cuidado dos netos no contra turno da escola, ocupam lugar de liderança e contribuíram para o processo de legitimação e reconhecimento da comunidade como quilombo no período entre 2009 e 2012.

Keywords:
Quilombo
Black women
Memory

Abstract: This study discusses the historical reconstruction of the maroon (quilombola) community Toca de Santa Cruz, located in the municipality of Paulo Lopes, SC, having the memories of black women as a starting point. Guided by an ethnographic research approach, we prioritized participant observation, record keeping in a field diary, semi-structured interviews and the construction of a book created together with some of these women's grandchildren, quilombola children with whom we spent time in a school located near the quilombo as an integral part of the research undertaken. We observed the various constitutive mechanisms of the historicity deeply constituted in the ancestry, recorded in the memories of the elderly black women of the group, which permitted the quilombola community to face invisibility and racism. Also observed were the involvement of these women in the education and care of their grandchildren in periods they are out of school, their leadership position and their contribution to the process of legitimation and recognition of the community as a quilombo in the period from 2009 through 2012.

Recebido em 07 de setembro de 2014. Aprovado em 29 de janeiro de 2015.

Introdução

O artigo discute a reconstrução histórica da comunidade quilombola Toca de Santa Cruz, no estado de Santa Catarina, a partir dos depoimentos de mulheres negras¹. Conhecido historicamente como “Toca”, conta com aproximadamente 100 moradores majoritariamente de origem negra e localiza-se no município de Paulo Lopes, SC². As “vozes” dessas mulheres remetem a história passada e é relatada através das memórias da comunidade. Sodré e Lima (1996) lembram a importância dos relatos biográficos desta natureza, pois, apesar da falta de ressonância na História oficial, são altamente significativos para as populações que os vivenciam.

Os dados originam-se na pesquisa “Relações Raciais nos Contextos Educativos: suas implicações na constituição do autoconceito das crianças negras moradoras da comunidade de Santa Cruz de Paulo Lopes/SC” (BOTEGA, 2006)³, e contribuíram significativamente para o processo de reconhecimento e legitimação dessa comunidade como quilombo nos anos de 2009 e 2012⁴.

A regulamentação das terras quilombolas foi efetivada a partir do decreto n. 4.887, de 2003, que legisla sobre o procedimento para identificação reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Consideram-se remanescentes das comunidades dos

* Professora colaboradora do Centro de Educação a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na linha ensino e formação de professores/as (Bolsista FUMDES). Integrante do Núcleo de pesquisas e estudos sobre violências (NUVIC) CED/UFSC.

** Professora Associada do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Consideram-se, neste caso, as terras utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Dessa forma, percebe-se que a questão do território está intrinsecamente ligada à constituição comunitária e à afirmação cultural e de ancestralidade desta comunidade.

Para Moura (2004), os quilombos ficaram no imaginário brasileiro como agrupamentos de africanos fugitivos que desejavam reproduzir uma vida comunitária semelhante à vida na terra de origem, o continente africano. Quilombos contemporâneos são terras habitadas por populações negras que nestes territórios se estabeleceram, cultivaram, beneficiaram, criaram família e raízes, ali encontraram paz, refúgio e fizeram história. E, atualmente, reivindicam seu direito a permanecer neste espaço eivado de ancestralidade.

Dentro desta concepção, trata-se de compreender o desafio dos quilombos contemporâneos, comunidades de remanescentes, “terras de pretos”, mocambo, terras de santo ou terras de herança sem formal de partilha, de acordo com as inúmeras denominações que receberam ao longo de sua história. Atualmente, os movimentos sociais pressionam para incluir na Constituição o termo “terras ocupadas por descendentes de escravos”.

No caso da comunidade quilombola aqui examinada, a nomenclatura Santa Cruz ou Toca, como popularmente é conhecida, carrega uma tensão oriunda de sua formação histórica a partir de populações recém-saídas do processo de libertação da escravatura.

Uma das depoentes afirma, a respeito da denominação Toca e do constrangimento de habitar o local, que sofria forte estigmatização da sociedade circundante:

Eu cresci ouvindo a Toca, eu morria de vergonha, quando tinha de assinar alguma coisa, aí meu Deus do céu, que trabalho. Eu tinha vergonha, aí começaram, ah, se não me falhe a memória, foi o padre Henrique que abençoou a Toca como Santa Cruz. Olha, acho que ele fez isso foi para tirar Toca de circulação (risos) mesmo assim botaram Santa Cruz, mas hoje é a Toca, continua Toca. (Verinha).

Para outra moradora antiga da comunidade, a denominação adotada tem relação com a história e o

desenvolvimento da comunidade: “Olha, chamavam de Toca porque era muito escondido... mais reservado, era um lugar que quase ninguém vinha porque era tudo mato, e o pessoal foi fazendo casa, fazendo casa..., olha, tão na Toca, tão se metendo na Toca”.

O nome Toca, com base no que as depoentes mencionaram, foi associado principalmente às condições de territorialidade – à quantidade de vegetação ainda virgem, à condição de moradia em situação de exclusão social, à falta de infraestrutura local como luz elétrica e estradas. A moradora informa também que há certo repúdio a este nome, apesar de ainda ser usado para nomear o local.

A grande maioria dos moradores da área urbana do município de Paulo Lopes desconhecem a denominação Santa Cruz, predominando ainda a conceituação cunhada historicamente como Toca. Por isso, o território que “começa no cemitério local até o engenho do casal branco Marcos e Marlene”, como define a entrevistada, é um território demarcado não apenas geograficamente, mas também social, histórica, cultural e simbolicamente como sendo o *locus* territorial no qual habita a população negra.

Para Leite (1996), no Sul do Brasil, a legitimidade e a importância dos diferentes grupos étnicos passaram pelo acesso à terra e pelo reconhecimento do território. Nesse processo de ocupação é relevante pensar a respeito da constituição da identidade da região Sul, já que esta se configura pela negação da presença negra, apesar da identidade brasileira contemplar as diferenças étnicas⁵.

O reconhecimento dos quilombos contemporâneos seria assim a reapropriação da matriz histórica das comunidades rurais negras. No quilombo contemporâneo as comunidades negras rurais⁶ – habitadas por descendentes de africanos escravizados – possuem laços de parentesco. A maioria do grupo pratica cultura de subsistência em terra doada, comprada ou secularmente ocupada. Esses grupos étnicos valorizam as tradições culturais de seus antepassados e as recriam no presente. Entre estas, as tradições que dizem respeito às religiosidades, alimentação, construção familiar e de valores morais etc. A história do grupo tem elementos em comum, normas de pertencimento explícitas e consciência étnica.

Para possibilitar maior precisão à definição da Toca enquanto comunidade remanescente de quilombo pode-se acessar os documentos produzidos pela Fundação Cultural Palmares (2004), cunhados historicamente nas lutas pela recuperação e reconhecimento de territórios negros. Neste documento há uma diferenciação entre comunidades negras tradicionais e comunidades remanescentes de quilombo. Consideram-se comunidades remanescentes de quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida.

A Etnografia e suas contribuições para a pesquisa com comunidades quilombolas

A pesquisa citada (BOTEGA, 2006) privilegiou a abordagem qualitativa. Os dados coletados⁷ durante a investigação foram de natureza descritiva, atentando para o maior número possível de informações, sendo o foco maior o processo de pesquisa. A intencionalidade ocorreu na direção de capturar a perspectiva dos participantes e de considerar os diferentes pontos de vistas, que permitissem “iluminar” o dinamismo interno do contexto estudado, geralmente inacessível ao observador externo.

Como procedimento metodológico utilizou-se a etnografia baseada em Geertz (1989, p. 15) partindo do pressuposto de que fazer etnografia implica “estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante”. Praticar etnografia implica, portanto, em elaborar uma descrição densa na busca das significações produzidas pelos sujeitos. O trabalho do etnógrafo é quase como tentar ler um manuscrito “estranho”. Assim, é necessário realizar entrevistas com os informantes, observar os rituais, compreender os termos de parentescos e registrar em um diário.

Para Winkin (1998), a etnografia é uma arte e uma disciplina científica que tem como principal objetivo “saber ver”; uma disciplina que exige saber estar com o outro e consigo mesmo é uma arte que implica em saber

retraduzir este conjunto para o público, sendo então estas as três competências da etnografia-arte de ver, arte de ser e arte de escrever.

Teixeira (2004, p. 13) salienta que a etnografia exige o estranhamento e a familiarização com a realidade pesquisada, uma vez que “estranhar o familiar é condição essencial para apreender aquilo que é diferente de mim e que pode me ensinar algo novo, e tornar familiar o que é diferente para compreendê-lo”.

Na pesquisa foi utilizado o registro no diário de campo, entrevistas semiestruturadas e a observação participante. Conforme Ludke e André (1986), o papel do observador etnógrafo é principalmente o de criar vínculo com as pessoas, inspirar confiança, tolerar ambiguidades, guardar informações confidenciais. O observador precisa se preocupar em se fazer aceito, decidindo quão envolvido estará nas atividades procurando não ser identificado com nenhum grupo. Assim, a observação participante foi fundamental no processo de pesquisa, na medida em que permitiu a aproximação e convivência com as mulheres quilombolas no espaço comunitário da Toca de Santa Cruz.

Para a realização das entrevistas houve a participação de algumas crianças, especialmente os netos das mulheres negras. Além disto, foi feito o acompanhamento das vivências das crianças no contexto escolar. Foram também privilegiados os momentos de interação e convivência no contexto da comunidade quilombola. Os primeiros momentos de convivência na comunidade ocorreram através da interação com as crianças, que foram as mediadoras da entrada das pesquisadoras – foi feito contato com os familiares, casas, trajeto realizado até a escola, lugares onde se reuniam para brincar etc.

As entrevistas foram previamente agendadas e as mulheres informadas sobre a proposta do trabalho: que relatassem as crianças sobre a comunidade no passado, suas trajetórias de vida e considerações sobre a educação formal. Todas as histórias foram reunidas em um livro, o que motivou a todos. As entrevistas foram realizadas individualmente, na casa das mulheres e em cada uma delas as crianças acompanhavam. Na chegada a casa havia o acolhimento das pesquisadoras e o entrevistado fotografava a família para, no momento

posterior, entregar estas fotos como forma de retribuição e afirmação da identidade dos entrevistados. As fotos foram fundamentais na constituição do vínculo entre pesquisadoras e entrevistados. Durante as entrevistas, foram feitas perguntas com o intuito de que as memórias dessas mulheres fossem, em alguma medida, captadas pelas crianças e todo o processo foi registrado em diário de campo e gravado conforme autorização dos integrantes da comunidade.

Participaram diretamente da investigação três mulheres negras moradoras do quilombo, escolhidas pelo vínculo de parentesco com as crianças negras que frequentavam a escola estadual no entorno⁸ e pela faixa etária, por serem mais idosas e responsáveis pela educação dos netos e lideranças na comunidade, portanto, também portadoras de maior ancestralidade. Esta posição de educadoras responsáveis por compartilhar a experiência ancestral na direção dos mais jovens é fundamental na formação da identidade grupal, conforme aponta Moura (2004).

Para esta autora, os quilombos são grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de modos de vida característicos e de consolidação de território próprio. Dessa forma, a questão da identidade grupal não seria definida por tamanho ou número de membros, mas por “experiência vivida e compartilhada enquanto grupo” (MOURA, 2004, p. 1).

Sendo assim, a experiência narrada dessas mulheres a partir da memória ancestral é fundamental na compreensão da dinâmica grupal.

Segundo Theodoro (1996), a palavra, entre grupos de origem africana ou, no caso, fortemente influenciados por esta origem, é elemento estruturador da comunicação, construído a partir de valores próprios. É força vital que se conjuga com energias vitais. Essa comunicação não é entendida linearmente, mas em toda sua dimensão representativa – as pausas, os silêncios, os gestos, os movimentos etc. Essa palavra é integrada também por um universo simbólico, sendo constitutivo da identidade profunda da comunidade. Segundo a autora, “ao usar a palavra, transbordando em emoção, a mulher negra torna visível o invisível”. No caso da comunidade Toca, tornar visível o invisível é resgatar do

obscurantismo a história de afirmação identitária dos moradores quilombolas e da ancestralidade de origem africana.

As entrevistadas portadoras da sabedoria ancestral do grupo têm 54 anos e 68 anos e moram na comunidade desde que nasceram. Outra entrevistada tem 53 anos, é casada há 37 anos, tem oito filhos e 19 netos. Sua casa fica em um ponto central da comunidade, e, ao redor, há outras casas de famílias negras. Na frente, um pequeno bar onde as pessoas negras da comunidade se reúnem para jogar e conversar. Ao lado do bar há um gramado em que muitas das mulheres ficam sentadas com suas crianças. Como não existem ambientes de lazer na comunidade, como praças e clubes, os moradores acabam criando espaços de encontro, buscando garantir minimamente o lazer.

Esta entrevista relata que apenas ela é aposentada – auxiliar de serviços gerais em uma empresa prestadora de serviços, trabalhava no setor de limpeza, onde se machucou e então se aposentou. Seu marido ainda luta pela aposentadoria. Sobrevivem basicamente desta renda. Em 2011, quando houve a movimentação social de reconhecimento da comunidade, a partir da Lei Municipal n. 1.319, de 3 de março de 2009, que criou a associação quilombola, foi eleita a primeira líder do quilombo.

Memórias de mulheres

As memórias dessas mulheres são reveladoras da condição da população negra local, e, especificamente, da condição feminina em uma comunidade quilombola. Diz uma entrevistada que:

É, eu nasci aqui, desde criança morei aqui. Meus pais moravam aqui, toda vida morava aqui, eles trabalhavam na roça, me criou trabalhando na roça, eu e meus cinco irmão, nós também ajudavam na roça [...]. Minha mãe trabalhava muito em casa e ainda ajudava meu pai na roça. Meu pai também saía daqui, da Toca, para trabalhar em um engenho de farinha pra aumentar a renda, só com a roça não dava.

A respeito da constituição física da comunidade, enquanto agregadora do grupo tradicional e das suas próprias dificuldades enfrentadas juntamente com sua família, declarou:

As casas eram tudo de pau a pique, e era casa feita daquele palmital, olha, o meu sogro que morava ali em cima era assim, era tudo assim, a do meu pai também era assim. Hoje que os coitadinho foram trabalhando, ganhando mais a vida, aí fizeram casa como essa aqui, de tijolos. Quando dava uma chuvarada... o barro caía tudo aí chegava no outro dia tava gente rapando dentro de casa tudo, as folha de bananeira, e tudo.

A solidariedade nas dificuldades é forte traço comunitário:

Aí eu passei muito trabalho na minha vida, eu não tenho vergonha de dizer, quando uma pessoa não tem uma casa, eu fico com uma pena. Aí, a gente muita vez tinha coisa pra come, muita vez não, quando eu vejo uma pessoa passa fome, eu fico com pena e lembro de tanta fome que eu passei pra criar meus filhos [...] não tinha dinheiro, o que comer, às vezes comia, às vezes não tinha nada pra comer.

A falta de direitos trabalhistas, bem como as péssimas condições de trabalho também emergem na fala a seguir:

Meu marido trabalhava e tudo trabalhava, mas naquele tempo a gente ganhava mixaria, não era uma barbaridade de dinheiro, naquele tempo a gente não ganhava nada, não era como hoje que a gente ganha muita coisa, naquele tempo se tivesse dinheiro a gente comprava, se não tivesse a gente não comia. Hoje é diferente, pelo menos nós somos aposentados.

O depoimento revela várias questões constitutivas da comunidade quilombola, tais como: dificuldades de moradia e de condições de trabalho similares ao período imediatamente posterior à abolição da escravatura, quando a população brasileira pobre, e especialmente a população negra, ainda não possuía direitos trabalhistas mínimos. O depoimento revela ainda a importância da aposentadoria para a sobrevivência do grupo.

No trecho a seguir, a entrevistada confirma a predominância étnica na comunidade e insere a dinâmica da política dos interesses locais como fator de influência no desenvolvimento comunitário:

Eu não sei por que, mas aqui quem morava era tudo preto. O caminho aqui era bem estreito e bastante mato, se vinha um carro lá, tinha que esperar o outro passa, era assim, toda vida. Aí foi entrando os prefeitos e arrumando a estrada, desmatando tudo, o

mato aqui de noite eu tinha medo de passa, não tinha luz elétrica, não tinha nada, quem era rico era luz de lampião e a gente era luz de querosene.

Outra entrevistada também denuncia os problemas enfrentados pelos moradores, resultado da ausência de uma ação efetiva do Poder Público no fornecimento de serviços básicos essenciais à população e a precariedade de variados aspectos, entre eles, a saúde pública – falta de médico nos períodos noturnos, feriados e finais de semana, por exemplo –, aliados à problemas de fornecimento de serviços essenciais, como o abastecimento de água:

Eu ainda tenho água encanada, porque, quando vem a água, enche a minha caixa. Agora eles não, eles carregam de uma caixa que a gente colocou ali, uma caixa de água no baixo, daí enche, eles vão pegar de balde e levo. São cinco casas para uma caixa de 250 litros [...]. Então agora a gente foi, conversou com eles lá na prefeitura, eles vão botar uma rede do rio até ali, dali eles vão distribuindo para as casas, e vão levar rede até as casas.

Sobre a precariedade das condições de vida e a luta pelo estabelecimento nas terras é preciso frisar que os quilombolas fazem parte de uma população com histórico de resistência à dominação entre o grupo de representantes da memória da história afro-brasileira. Em 1988, a Constituição reconheceu o direito dessas comunidades à propriedade de suas terras, o qual foi ratificado pelo Decreto n. 4.887/03, que, além de garantir a posse de terra, garante também acesso a serviços como saúde, educação e saneamento básico.

Estudos realizados sobre a situação dessas localidades demonstram que as unidades educacionais estão longe das residências dos alunos e as condições de estrutura são precárias, geralmente construídas de palha ou pau a pique. Há escassez de água potável e as instalações sanitárias são inadequadas.

A disputa política em torno da comunidade da Toca de Santa Cruz, aqui analisada, ocorrida ao longo dos anos é exemplar da dinâmica nacional. Sabemos que comunidades pobres são disputadas nos períodos eleitorais com o objetivo de captura dos votos, muitas vezes através da compra ou pela troca de favores.

Pela tradição “coronelistas” da questão eleitoral no Brasil – cuja lógica também persiste no município

de Paulo Lopes –, do qual faz parte a comunidade aqui analisada, não há, por parte da maioria dos agentes políticos, um interesse real em promover a qualidade de vida, nem interesse e investimento em formação política que possibilite a construção de uma ação cidadã. Os dados indicam que o que houve ao longo dos anos na comunidade Santa Cruz foi uma política assistencialista, tais como melhoramento de estradas, rede elétrica e transporte escolar, que minimizaram as más condições de vida sem, entretanto, enfrentar as questões estruturais básicas de melhoria.

Uma das entrevistadas relata sobre sua vida e sobre a comunidade, confirmando alguns dados já informados por outra entrevistada, sobre a estrutura das moradias e as dificuldades enfrentadas pelas famílias negras:

Tinha uma família aqui que morava numa casa de chão batido, eu era criança, mas me lembro muito bem, então quando chegava de tarde aí por volta das 4 horas e ia juntando as crianças, ia juntando os pedacinhos de pano para fazer a cama, como se fosse ali fora no terreiro, era muito, muito triste, eu lembro disso dá até vontade de chorar, nós não passamos por isso, mas muitas pessoas passaram, [...] às vezes não tinha o que comer, dormia mal dormido. Tudo era bem diferente de hoje as casinhas era de pau a pique... As casinhas feitas de barro...

Sobre as precárias condições de trabalho, esta entrevistada confirma que, apesar da extrema pobreza, a população era constituída basicamente de trabalhadores: “Minha mãe trabalhava de doméstica no restaurante, o pai era lavrador, trabalhava na roça, vivia da roça, era aqui mesmo na Toca, as terras eram dele, plantava mandioca, milho, feijão, arroz. Tudo ele plantava um pouco, o que sobrava a gente vendia”.

O depoimento revela que a agricultura se constitui no passado e também no presente, como uma das principais atividades de sobrevivência das famílias negras e que o terreno do plantio da roça é na própria comunidade, o que caracteriza a ‘Toca’ como uma comunidade agrícola. Mas, além da agricultura, também o trabalho doméstico em casas de pessoas de classes abastadas se afirmou como outro modo de garantir renda, trabalho e sobrevivência, atividade exercida fora da comunidade e com baixo *status* na sociedade.

A mulher quilombola, ao falar de seus avós, trouxe informações importantes pelas quais se pode inferir que as histórias das famílias negras foram perdidas e “invisibilizadas” devido aos processos de escravidão e seus desdobramentos que resultaram em fragmentação dos laços familiares e rompimento das redes originárias da população negra vinda para o Brasil em condição de servidão:

Olha, o meu avô eu não cheguei a conhece, só a dindinha (vó), ela morava numa casinha ao lado da casa de meu pai, mas ela era uma mulher que quase não falava, morreu com 101 anos. Eu fico pensando, sabe, porque ela não falava de meu vô, nem de meus bisavós, eu não sei nada deles, [...] por que não falavam? Mas eu não sei, realmente não sei.

Sobre o silêncio e silenciamento das populações em condições de subalternidade, Sodré e Lima (1996, p. 12), no antológico prefácio à obra *Um vento Sagrado*, lembram a “inclinação ao silêncio como uma virtude fundamental, herança africana, a disposição ao reconhecimento de que a “linguagem mora no silêncio”. Ou seja, o silêncio constituiu-se, entre as populações negras, como uma estratégia de sobrevivência e resistência em condições adversas e também como uma forma de não perpetuar, através da memória oral, as condições de exclusão.

Uma das entrevistadas, testa a formação especificamente negra da comunidade e a clara distinção étnica entre brancos e negros, o que resultava numa cisão territorial com desdobramentos separatistas em vários âmbitos:

Aquela que entra na toca, começando pela primeira pretada, que é a mãe Francisca, que eles chamo, são tudo primos, irmãos, eh [...] tia, tio, é tudo assim, então são tudo uma família só, é bem difícil ter uma pessoa pode dizer de pele branca [...] de lá do engenho de lá pra lá, aí já tem bastante gente de pele branca, mas até aqui é pretada mesmo, é Toca, porque essa pretada que estão aqui, que foram os primeiros moradores da toca. Depois então é que começou a vim, aparecer gente de pele branca [...], mas eu não sei por que essa pretada, eu sei que foi dado esse terreno e ficou declarado que, enquanto tivesse gente da família, era pra ir vivendo.

Sobre a origem primeira das doações de terras à população negra e a primazia da chegada desta à região, declara:

E essas terras aqui foram dadas para os avós, bisavós do meu marido por uma família que eles trabalhavam, então que deram e ficou declarado até que quando, enquanto existisse gente da família, o terreno não seria mexido, e até que, que vai morrendo avós e vai sempre tendo gente em cima do terreno, porque ai vem os netos, têm os bisnetos, ai vem vindo os tataranetos tudo [...].

No depoimento aparece um elemento fundamental: o vínculo de parentesco entre as pessoas da comunidade, preservado e reforçado ao longo do tempo pelo vínculo constituído também através do espaço geográfico, ou seja, preservado pela territorialidade. A 'Toca' é um território demarcado como o local onde moram os negros, construído cultural e socialmente na história do município de Paulo Lopes. Portanto, há uma demarcação geográfica e existem fronteiras que delimitam onde moram negros e não-negros¹⁰, fato que fica evidente na fala da entrevistada ao mencionar que "do engenho de farinha pra lá moram os de *pele branca*".

De acordo com Silva (1996), o território é ressaltado pelas delimitações entre "o nós e os outros", que se caracterizam como sendo os "de fora" da comunidade-foco. Desse modo, os debates em torno da territorialidade estão diretamente relacionados ao acesso e permanência na terra e,

[...] não somente por se ter verificado que o controle das terras dos grupos negros em situação de vida rural, em muitos casos, é realizado grupalmente, sendo a terra um bem coletivo, onde as comunidades negras rurais assentam sua territorialidade, mas sim, devido à especificidade dessas terras que são parte constituinte do próprio território, fundado a partir dos limites étnicos (SILVA, 1996, p. 85).

Sobre as estratégias de sobrevivência, além da atividade agrícola, havia uma incursão ao mercado de trabalho formal do município de Paulo Lopes, como o restaurante, os engenhos de farinha, as fábricas de arroz e de esquadrias. As famílias negras foram em busca de outras possibilidades de trabalho, mas a agricultura formava o estio da economia doméstica das famílias.

As mulheres negras da Comunidade quilombola expressam como ocorrem as relações sociais nesta configuração social praticamente rural. Declara uma entrevistada: "O que eu gosto mais? Aqui é um lugar bem calmo, um lugar bem bom de morar".

Com o passar dos anos, a comunidade e o município não sofreram muitas transformações em direção à urbanização, o que resultou em poucas mudanças com relação ao número de habitantes, que vem permanecendo estável, garantindo a manutenção de características de um lugar onde os moradores se conhecem e interagem, seja pelo vínculo familiar, ou simplesmente de convivência atual e ancestral. Mas, algumas mudanças ocorreram, como sinaliza uma moradora:

Hoje tem uma grande mudança, hoje a maioria das pessoas tem emprego, tem seu salário digno, as pessoas no passado trabalhavam mais na lavoura, homem e mulher, hoje ninguém mais trabalha na lavoura, hoje as pessoas têm seus empregos, salário, tanto homem quanto mulher, tá tudo melhor. As casas são melhores e a escola também.

A comunidade, atualmente, não se caracteriza apenas pela agricultura familiar. Os moradores foram em busca de outras fontes de trabalho e renda fixa, o que provavelmente explica a melhoria das habitações das casas e das condições de existência, embora muitas famílias ainda vivam em casas doadas pelo governo federal.

Nos registros de diário de campo da pesquisa citada, observa-se que a maioria dos pais e mães das crianças são trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal e informal de Paulo Lopes – as mulheres exercem atividades profissionais como faxineiras, babás e empregadas domésticas e os homens como padeiros, empregados da fábrica de arroz, na Prefeitura Municipal, pedreiros, auxiliar de serviços gerais etc). Com essa nova dinâmica profissional dos moradores da Toca de Santa Cruz, cabe às mulheres mais idosas contribuir para a permanência das crianças na escola. As "avós" acabam assumindo parte da educação das crianças no contraturno da instituição escolar, pois demonstraram intensa preocupação e valorização do ensino formal como sendo a principal forma de ascensão social.

Foi observado também, que as mulheres entrevistadas, apesar de viverem a condição de semianalfabetismo, cumpriram também o papel de reforçar e incentivar, junto às crianças, este âmbito da vida social, qual seja o da escolaridade formal. Esse

acompanhamento familiar por parte das mulheres na condição de avós ocorre, por exemplo, na preservação da assiduidade dos netos às aulas, caminhar longas distâncias até a casa dos filhos para verificar eventuais ausências na escola, uma vez que é precária infraestrutura de comunicação, tais como telefones celulares e outros. Desse modo, conclui-se que as mulheres possuem intensa influência na dinâmica das relações no cotidiano do quilombo, estando atentas aos acontecimentos e disponíveis para participação nas situações familiares.

Sobre a formação comunitária e a convivência grupal, uma moradora destaca:

O que eu mais gosto, [...] muito mesmo da juventude [...] Porque nos finais de semanas aqui na minha casa chove de jovem, eles ficam à vontade, todos os finais de semana, aí eles ficam aí ouvindo música, brincando, dança, vendo fita de vídeo.... Isso pra mim é uma benção, sabe por quê? Enquanto eles tão aqui, mãe nenhuma fica se preocupando, ... se eu tivesse dinheiro ... eu dava cobertura pra eles pra não sair pra baile, pra droga.

Essa relação intergeracional demonstra que as vinculações de ordem social e ancestral consolidam o sentido de grupo e pertencimento comunitário. O depoimento da senhora negra revela um vínculo afetivo que caracteriza um sentimento familiar: a preocupação com os jovens, a prevenção contra o uso de drogas consubstanciam que há, internamente, mecanismos de autoproteção entre os moradores.

Outra entrevistada faz referências positivas à comunidade e a cidade de Paulo Lopes e a convivência entre os moradores:

Olha, o que eu mais gosto daqui é a terra pra plantar, que a gente pode criar uma galinha, a gente planta, os vizinhos muito bom, os pessoal lá em Paulo Lopes também muito bom, adoro aqueles pessoal, não tenho nada pra reclamar. O problema aqui é a água, o posto de saúde que não tem médico toda vida, daí, se a gente precisa, fica ruim.

Embora as “avós” negras apresentem alguns aspectos positivos sobre a comunidade, a cidade de Paulo Lopes e as relações entre os moradores, as dificuldades oriundas da precariedade de moradia apontam para a exclusão social ainda vivida pelas famílias negras naquela área quilombola.

No registro do diário de campo da pesquisa ficou

evidente a participação dessas mulheres em diversos âmbitos da vida social, tais como: grupo de idosos, festas religiosas (especialmente da Igreja Católica), eventos culturais do município, atividades organizadas pela escola, como reuniões e comemorações etc. Nesses momentos, ocorre a interação entre negros e brancos nos diversos espaços sociais do município.

A presença das mulheres quilombolas nesses espaços pluriétnicos e plurisociais reconfigura a dinâmica social do município como um todo, gerando a possibilidade de circulação de novas identidades, como o “modo de ser” do grupo quilombola da Toca de Santa Cruz, auxiliando o grupo a sair invisibilidade e iniciando a possibilidade de rompimento da exclusão social.

As mulheres negras, na condição de “avós”, representam, de fato, o eixo mobilizador da comunidade e catalisador da dinâmica social. Portadoras da memória do grupo se constituem como a coluna mestra propulsora do desenvolvimento comunitário na perspectiva da consolidação das identidades emergentes, tais como o “modo de ser”, agora reconhecidamente quilombola.

Considerações Finais

O caso da comunidade Santa Cruz, popularmente conhecida como Toca, no município de Paulo Lopes, no estado de Santa Catarina, desvela vários mecanismos de constituição da historicidade das populações negras fortemente consolidadas na ancestralidade, registradas pela memória das mulheres idosas do grupo. Esses mecanismos auxiliam a comunidade negra quilombola a enfrentar a invisibilidade, o racismo e a segregação, que permaneceram após a libertação formal dos descendentes de africanos no Brasil. Um dos instrumentos de permanência foi a terra, na medida em que o território negro aparece, então, como uma necessidade para a sobrevivência material e espiritual em um contexto adverso e como elemento congregador das identidades ancestrais, permanência temporal e fortalecimento da continuidade do grupo através da sucessão das gerações e a possibilidade de manter a coesão comunitária. Através do território, a população negra, isolada historicamente pela exclusão social e decorrente preconceito racial, procura reconstituir uma tradição centrada no parentesco, na

religião, na terra e nos valores éticos e morais cultivados ao longo de sua descendência (LEITE, 1996).

Essa estratégia de enfrentamento e organização contribui para a recuperação e fortalecimento da autoestima do grupo. Portanto, o território constitui-se como uma fronteira étnica construída ao longo de anos por meio da resistência e da luta ao direito a terra. Este é o significado maior da articulação grupal da comunidade da Toca em torno de seu reconhecimento como quilombo, de forma a garantir suas tradições, ancestralidade e articulação social e espiritual.

A memória, consolidada pela palavra das mulheres negras em todas suas manifestações – o silêncio, os gestos, os movimentos corporais etc. –, recupera e afirma que as tradições ancestrais compõem a vida diária desses sujeitos. Ao relatarem suas histórias, de seus familiares, dos modos de sobrevivência, das arquiteturas de suas casas, das dificuldades e conquistas adquiridas ao longo do tempo, das renúncias, das resistências, dos vínculos fortalecidos etc., anunciam um modo de constituição enquanto comunidade quilombola singular nessa região e nesse município. Assim, só é possível compreender esse território e esses sujeitos, particulares, pela dimensão de sua memória, palavra e ancestralidade combinadas e é com elas e a partir delas que podemos nos aproximar das identidades desta comunidade quilombola, seus modos de vida e de construção constante desse reconhecimento.

Notas

1 Embora o grupo selecionado para a pesquisa seja composto exclusivamente por mulheres, não se considerou como foco de análise o aspecto específico de gênero. Estas foram escolhidas pela centralidade e relevância no desenvolvimento comunitário. Apesar de serem mulheres maiores de 50 anos, não se objetivou fazer análise de tipo geracional. A escolha deu-se exclusivamente pelo fato de que, nesse caso, a oralidade é a fonte principal de coleta de dados e, sendo assim, estas mulheres são portadoras dessa informação por terem vivenciado a construção histórica da comunidade ao longo das últimas décadas.

2 Paulo Lopes está localizada a 53 Km ao sul de Florianópolis e tem uma população de 6.692 habitantes, conforme o censo de 2014.

3 Os excertos escolhidos para análise neste texto são provenientes do trabalho de pesquisa de mestrado de uma das autoras, o qual reúne reflexões de uma versão do capítulo II

da dissertação “Relações Raciais nos Contextos Educativos: suas implicações na constituição do autoconceito das crianças negras moradoras da comunidade de Santa Cruz de Paulo Lopes/SC”, desenvolvida no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação da professora Dra. Cristiana Tramonte. A realização da pesquisa teve apoio da CAPES.

4 Com apoio da Lei nº 1319, de 2009, que criou a Associação quilombola Toca de Santa Cruz, momento em que as comunidades de Aldeia na cidade de Imbituba/SC e Morro do Fortunato em Garopaba/SC (cidades próximas a Paulo Lopes), também vem passando pelo mesmo processo de reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, sendo que existe grau de parentesco entre os moradores dos três quilombos. No processo de reconhecimento e demarcação do quilombo houve a contribuição de alguns profissionais do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), a partir de um projeto de Extensão do campus de Florianópolis/SC, vinculado ao Programa de formação denominado: “Poloexpaulolopes”, sob a coordenação de Silvana Maria Frigotto, que possibilitou a realização de reuniões com os gestores do município e oficinas com os moradores da comunidade, visando a discussão coletiva do reconhecimento como comunidade quilombola, uma discussão que colocou em foco a questão identitária. Os dados da dissertação de Botega (2006), foram fundamentais, pois se constituíam como o único registro escrito sobre a comunidade e produzido em colaboração com os sujeitos.

5 Para saber mais sobre as teorias racistas-biologistas no Brasil, entre elas a que se convencionou denominar “Branqueamento” ver: Renato Ortiz, em *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. Sobre “Branqueamento no Sul do Brasil” ver Ilka Boaventura Leite.

6 Atualmente, evoluiu-se para a noção de quilombo urbano, ou seja, estabelecido em áreas urbanas, mas não trataremos aqui desta especificidade.

7 Todo o material de campo levantado no processo de pesquisa está disponível no trabalho de Botega (2006), disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PEED0552.pdf>>.

8 A pesquisa investigou a constituição do autoconceito de crianças negras, moradoras da comunidade de Santa Cruz, no município de Paulo Lopes/SC, remanescente de quilombo.

9 Para saber mais sobre a denominação cunhada “coronelismo” nas disputas eleitorais ver o clássico *Coronelismo, Enxada e Voto* de Victor Nunes Leal.

10 Adota-se aqui a nomenclatura acadêmica usual nos estudos da área - “Não-brancos” caracterizando aqueles que não possuem origem na população africana.

Referências

BOTEGA, Gisely Pereira. **As Relações Raciais nos Contextos Educativos: suas implicações na constituição do autoconceito de crianças negras moradoras da comunidade de Santa Cruz do município de Paulo Lopes/SC**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado

em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, 2006.

ENTREVISTADA 01. **Excerto da narrativa de uma mulher negra.** Entrevista transcrita por uma das autoras do texto e concedida em 27/08/2005.

ENTREVISTADA 02. **Excerto da narrativa de uma mulher negra.** Entrevista transcrita por uma das autoras do texto e concedida em 07/09/2005.

ENTREVISTADA 03. **Excerto da narrativa de uma mulher negra.** Entrevista transcrita por uma das autoras do texto e concedida em 29/08/2005.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **História do Negro no Brasil.** Fundação Cultural Palmares. MINC, Brasília: 2004. Disponível em: <<http://www.fundacaopalmares.org.br>>. Acesso em 22 abr. 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** RJ: LTC, 1989.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: _____. (Org.). **Negros no sul do Brasil.** Florianópolis: Contemporâneas, 1996.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. SP: EPU, 1986.

MOURA, Glória. Quilombos Contemporâneos no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **História do negro no Brasil:** o negro na sociedade brasileira – resistência, participação, contribuição. Brasília: Fundação Cultural Palmares-MinC, CNPq, 2004.

SILVA, Josiane Abrunhosada. A Casca: herança e território. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no sul do Brasil.** Florianópolis: Contemporâneas, 1996.

SODRÉ, Muniz e LIMA, Luis Filipe de Lima. **Um vento sagrado.** História de vida de um adivinho da tradição nagô-kêtu brasileira. RJ: Mauad, 1996.

TEIXEIRA, Mara Rosane Coelho. **Em Rodas dos Meninos:** Um estudo da visão de mundo construída pelas crianças na cotidianidade da doutrina do Santo Daime, na Vila Céu do Mapiá/AM. 2004. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina (Programa de Pós-Graduação em Educação), Florianópolis, 2004.

THEODORO, Helena. **Mito e espiritualidade** - Mulheres negras. RJ: Pallas Editora, 1996.

TRAMONTE, C. **Educação Quilombola.** Temas e Desafios. In: Módulo 3- Educação para Populações Específicas; Educação para Diversidade e Cidadania. Florianópolis: MOVER/NUP/CED/EAD/UFSC, 2009.

WINKIN, Yves. Descer ao Campo. In: _____. **A nova comunicação:** da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papirus, 1998.